

A PRESENÇA DE MENINAS NEGRAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL DO RECÔNCAVO BAIANO (BA): PERCEPÇÕES E DESAFIOS¹

Suelen Silva Santos²

RESUMO

Na recente história da educação Brasileira, a permanência e acesso da população negra ao conhecimento formal tem uma trajetória baseada em processos que se resumem à subalternização e invisibilidade, apesar da resistência das irmandades negras. Nesse âmbito, o projeto de embranquecimento persiste, o que afeta o imaginário da sociedade brasileira, criando divisões raciais, e prejudicando a compreensão das identidades do povo brasileiro. Esses processos operam em conjunto, o que fomenta divisões e prejudica a construção de igualdade e equidade da sociedade brasileira. Assim, este artigo buscou analisar formas de opressão de meninas negras existentes no ambiente escolar, violências às quais dificultam a interação social e o reconhecimento identitário das crianças. Buscamos compreender em que medida esta violência se relaciona ao racismo institucional e estrutural vigente. Buscamos compreender, igualmente, de que maneira elas são afetadas, no que se refere ao seu reconhecimento da sua negritude. Para viabilizar este estudo, delimitamos nossa pesquisa no contexto escolar do recôncavo baiano, especificamente no município de São Francisco do Conde. A pesquisa está situada em escolas municipais desta cidade, a terceira em demografia no contexto do recôncavo baiano, conhecida também por sua diversidade cultural e étnica, localizada a 67 km da capital Salvador, no Estado da Bahia. Isso visa compreender a necessidade de preconizar os principais impactos presentes no racismo, que impactam diretamente no desenvolvimento educacional, afetando a saúde mental de meninas negras. Este trabalho é também uma forma de compreender até que ponto as mulheres tem sido mais vítimas das construções individuais nas sociedades, (Richartz, 2007, p. 35), no contexto do século XXI, tendo em vista a subalternização, depreciação e marginalização da população negra. Esta pesquisa faz uso dos seguintes conceitos: racismo, sexismo e patriarcado, os quais são problematizados ao logo da nossa análise.

Palavras-chave: crianças negras - Recôncavo (BA); negros - identidade racial; racismo na educação - Recôncavo (BA).

ABSTRACT

In the History of Brazilian Education, the presence and access of the black population have followed a trajectory marked by processes that can be summarized as subordination, resistance, and invisibility. Stemming from the concept of whitening, which persists in the societal imaginary and divides whites and blacks, objectifying the place of Black individuals and creating mechanisms of oppression and discrimination, it hinders the full integration into society. These processes operate collectively, both fostering and eliminating possibilities for the construction of equality and equity in human development. This article aimed to analyze the main forms of oppression established in the school environment for Black girls, hindering social interaction and identity recognition. These issues are reproduced by institutional racism, with the goal of understanding how days are affected and their perceptions regarding recognition as black girls in the school context of the Bahian Reconcave.

Keywords: black children - Recôncavo (BA); black people - racial identity; racism in education - Recôncavo (BA).

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Víctor Martins de Souza.

² Graduanda em Humanidades pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa a dinâmica do ambiente escolar do Recôncavo Baiano, o qual constitui-se enquanto espaço de desafio para meninas negras, focando em suas experiências e seus processos negativos. O objetivo deste estudo consiste na problematização de casos de racismo, e discriminação contra a juventude negra, enfatizando a persistência desses processos no contexto escolar, já que tem se provado que os espaços de ensino tem se submetido a casos de racismo, tendo em vista o contexto nacional mais amplo.

Nesse âmbito, busca-se do mesmo modo refletir sobre os vários contextos escolares levando-se em conta os impactos excludentes dos espaços de saberes em relação às meninas negras, assim analisaremos quatro estudos de base a exemplo dos impactos sobre a saúde mental das estudantes ainda na primeira idade, são eles: estudos sobre as mulheres negras, estudo sobre meninas negras no contexto escolar, a educação em municípios do recôncavo e casos de racismo, tendo por base o patriarcado.

O primeiro estudo aborda a trajetória histórica dessas mulheres negras ao longo dos séculos, ancorada pelas perspectivas e visões de renomados autores e pensadores tais como: Suely Carneiro, Lourenço Cardoso, Ângela Davis e Djamila Ribeiro. O segundo capítulo tem foco nas 'Meninas negras no ambiente escolar, descreve esses desafios, e os principais impactos do racismo presentes em sala de aula, considerando também questões sobre ações afirmativas, visando uma desconstrução desse ideal e comportamentos que dificultam um desenvolvimento educacional e psíquico em grupo. O terceiro capítulo, por fim, vai empreender a educação no recôncavo, discutindo seus impactos enquanto instituição e ações afirmativas voltadas à desconstrução do racismo no ambiente escolar, pensando a realidade de meninas negras. O quarto e último capítulo, trazemos reflexões sobre o racismo e seus desdobramentos.

Para empreender este estudo, foi preciso análise de quatro espaços escolares, nos quais entrevistamos funcionários dos estabelecimentos escolares, a exemplo de educadores, coordenadores pedagógicos e direção. Tomou-se por base para esse estudo também minhas experiências subjetivas, enquanto educadora de uma dessas escolas, sobretudo, na minha condição de mãe de duas crianças que estudam em dois desses ambientes escolares.

Entretanto o primeiro ponto a compreender é qual o lugar que a criança negra ocupa nesses espaços, A partir dessa ideia, analisei as principais formas de tratamento dada a crianças negras, percepções entre elas e quais relações de opressão dificultam uma relação social. Muitas das discriminações nesse ambiente são geralmente naturalizadas, fomentando desigualdades.

Este artigo tem como objetivo principal enfatizar o lugar da mulher negra nos principais espaços, visto que muito se fala em desconstrução e libertação da mulher, porém se faz necessário, compreender como esses espaços estão se constituindo no sentido de conscientização e construção desses ideais.

Isso considerando, na história da educação brasileira, cujo direito à educação aos negros sempre foi negado, perpetuando essas desigualdades. (Munanga, 2006).

Para fundamentar as análises aqui apresentadas, este artigo buscou analisar diversas fontes, a exemplos de jornais, revistas, artigos científicos e reportagens. Com base nas fontes, buscamos contextualizar esses processos e melhor compreender o fenômeno racial, enquadrando-os como um problema que afeta a população negra como um todo.

Entretanto, por se tratar de estudo científico, a pesquisa foi embasada em referenciais teóricos, pesquisa de campo em espaços escolares e nas discussões fomentadas pelas aulas ministradas na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), campus dos Males, na qual sou estudante. Além disso, o tema possui relação com minha subjetividade, uma vez que enquanto estudante, filha de mulher negra, residente em bairro periférico, e em processo de formação na área da educação, na qual esses processos opressores fizeram parte da minha trajetória, compreendo que esse estudo é uma forma de melhor situar minha realidade e identidade.

Busco compreender o espaço escolar, pois é um dos lugares nos quais as formas de enfrentamento ao racismo devem contribuir na restituição de valores os quais o racismo colocou em suspenso (Carneiro, 2000). Compreendendo os processos de opressão de raça e gênero em sala de aula, é necessário entender como se dá os processos psico e pedagógicos ante as ameaças racistas pois compreender a importância da discussão e discriminações cotidianamente pertinentes em espaços educacionais é também uma forma de pensar políticas públicas para combater-las.

Esses impactos são reproduzidos em diversos contextos, como:, tipos de

brinquedos, brincadeiras, além dos padrões de beleza idealizados seguido por ideologias patriarcais e machistas. Ainda é possível identificarmos vestígios da educação eurocêntrica estereotipados no século XXI, orientando práticas pedagógicas e gerando comportamentos discriminatórios entre alunos, em um ambiente que tem como princípio fundamental, proporcionar e incentivar o pensamento crítico reflexivo a respeito das diversidades.

Nesse contexto, o livro “História da educação dos negros” (2005, p. 11) “ênfatiza a precarização da formação dos educadores no Brasil no que tange ao acesso da educação dos negros, determinada exclusivamente por seu esforço pessoal, sem considerar os processos históricos”, que contribuíram negativamente a esse acesso. [...] Essa discussão foi amplamente debatida nos fóruns estaduais de educação e em eventos sobre educação étnico racial promovidos pelo Ministério da educação, que destacam a ideia da fragmentação desse processo. Observamos que esses processos unificados, dificultam uma integração e permanência do aluno, ao mesmo tempo que alimenta relações hierárquicas e de gênero em grupos, destacando a importância de estar atento aos silenciamentos presentes, que constroem pontes alimentando o racismo estrutural e institucional.”

2 ESTUDOS SOBRE AS MULHERES NEGRAS

Nunca é demais lembrarmos que as primeiras pesquisas sobre o negro no Brasil, foram realizados por intelectuais brancos, segundo os termos apontados por Lourenço Cardoso, o qual estuda a branquitude (Cardoso, 2018). Pode-se igualmente “afirmar que as primeiras pesquisas sobre a condição feminina, sobretudo da mulher negra, mesmo demorando a figurar nos estudos acadêmicos, foram realizadas predominantemente por autores do sexo masculino. No que se refere à condição da mulher negra, esse cenário é mais agravante, uma vez que grande parte dos trabalhos que estudaram a condição afro-diaspórica feminina, ressaltam a condição de escravizadas dessas mulheres, no mais das vezes deixando outros temas igualmente relevantes.

Desse modo passamos a analisar como o racismo impacta a vida da mulher negra, baseando-se na construção e formação da sociedade, tendo como eixo principal o sexismo e racismo. Nesse sentido, a visão de mulher para sociedade

frequentemente se baseia em conceitos pré-definidos.

Segundo a autora Sueli Carneiro, (1993 pág.39),“A identidade é antes de tudo resultado de processos históricos culturais, inicialmente definidos por categorias biológicas e raciais, no entanto o desafio surge quando essas categorias são vivenciadas, como inferioridades nas sociedades ocidentais”.

Portanto, a partir desse exposto, compreendemos a complexidade do assunto e da construção da identidade, a influência do gênero na sociedade, e os desafios do protagonismo feminino, especialmente para a mulher negra, tendo em vista as formas subjetivas que engloba a identidade perpetuada ao longo dos séculos. Essas interpretações com base num viés Patriarcal delimitam e definem a mulher como um ser inferior.

Desse modo, passou-se a entender o protagonismo da mulher negra ainda dentro de um contexto de limitações, conforme aponta Ângela Davis (2016, p.13). A autora ressalta a importância de considerar as diferenças como “fagulhas criativas, nos desafiando a interligação de nossas lutas, e propondo a concepção de ações capazes de desatrelar valores democráticos, de valores capitalistas”. Ainda nessa concepção, Saffioti (2004) destaca que o gênero vai além de uma dicotomia patriarcal, ampliando a compreensão das relações, de maneira mais abrangente.

Segundo a autora, o patriarcado frequentemente impõe suas formas de hierarquização, fomentando a desigualdade entre os seres. Entretanto, ao considerarmos o gênero, disseminamos perspectivas e visões mais inclusivas. Nesse raciocínio, destaca-se reportagem exibida pelo programa Roda Viva, em que a renomada jornalista e apresentadora Glória Maria ofereceu uma importante reflexão em torno da vida da mulher negra, diante das manobras opressoras que desafiam e impactam diretamente suas vidas e autoestima. Ela ressalta a importância e necessidade de criar mecanismos de defesa própria sendo contundente ao afirmar:

Nada blinda o preto de racismo e ainda mulher preta, nada blinda a gente, você tem que aprender a se auto blindar da dor sozinha e continuar se protegendo porque o racismo se auto reinventa a todo momento, e estereótipos e posições que a sociedade nos impõe a internalizar não nos define como mulheres pretas. [...]

Importa ressaltar que essa abordagem da apresentadora, envolve uma complexidade, dos diversos desafios enfrentados por mulheres e ainda mulheres negras, diante as formas de atuação do racismo quando a mesma refere-se a auto

blindagem, entende-se a questão das formas de enfrentamento que muitas mulheres desenvolvem ao longo de suas vidas, frente às posições das sociedades, referentes ao seu corpo, seu cabelo, sua forma de vestir dentre outras, a fim de moldar seus comportamentos e subjetivar seus lugares.

Essa reflexão não só descreve como testemunho pessoal, mais como uma forma de conscientizar ideais coletivos que legitimam o racismo nas suas várias esferas, e seu modo de atuação o que torna-se um desafio constante, pois de forma silenciosa opera em diversos espaços, subalternizado estabelecendo padrões e subjugando a mulher de pele negra, perpetuando a visão marxista da sociedade às custas da humilhação e desumanização em diversos contextos.

Importa pensar que quando inicio minha exposição, abordando o período pré escolar que compreende a infância, objetiva-se enfatizar esse momento a fim de visibilizar esse problema desde a raiz, nesse contexto é observado que por meio de brincadeiras e apelidos é reproduzido um padrão único de beleza, que é naturalizado como “bullying,”. Em (2018) A professora da “University of Southern Califórnia, Safira Noble Lan, relatou em seu livro *Algoritmos of Oppression* como os mecanismos de busca da internet, reforçam o racismo. A autora mostra resultados de busca manipulados, por fórmulas algorítmicas, que reproduzem e reforçam estereótipos racistas e machista, sobretudo no que diz respeito a meninas e garotas negras.

Ao analisarmos as consequências desse racismo seus prejuízos ao longo da sua vida tem um impacto determinantes as suas realidades. Suely Carneiro (2011) nos diz sobre os “índices de desenvolvimento humano entre brancos e negros indicando que a população auto declarada branca apresenta em seus indicadores econômicos, renda, expectativa de vida e educação positivos, comparáveis a países desenvolvidos como a Bélgica, enquanto que a população autodeclarada negra, composta por pretos e pardos, apresenta inferioridade de números nos países em desenvolvimento, como a África do Sul, que erradicou o apartheid” há menos de duas décadas”. Esse cenário reflete o mito da democracia racial e a perspectiva da luta de classes que têm aspectos em comum.

Segundo dados apresentados, *Racismo e sexismo no Brasil* (p. 101), “para que mulheres negras alcancem os mesmos padrões salariais por exemplo que mulheres brancas, com geralmente quatro ou sete anos de estudo, é necessário um esforço educacional adicional de quatro anos, ou seja de oito a onze anos. Essa igualdade instituída nesse campo é condicionado a impactos como: aceitação da sua

imagem, valorização pessoal, postura política, social e identitária., no dizer de Lélia Gonzalez, “A gente nasce preta, mulata, parda marrom, roxinha dentre outras, mas torna-se negra é uma conquista” (Gonzalez, 1988).

Entretanto, a forma como o gênero e as opressões são discutidos nas escolas e como são tratadas essas meninas, dizem muito sobre essa educação que oprime, ao invés de orientá-las. Com efeito, isso determina modos e comportamentos hierarquizados que na maioria das vezes são originados no seio familiar, no qual é reproduzido fragmentações e estereótipos quanto à sua cor e identidade, colocadas à mercê depreciação, enquanto mulher negra, classe social, percepções.

DJamila Ribeiro, (2009) pontua “o processo de desconstrução desse ideal envolve, uma revisão crítica profunda de nossa percepção de si e do mundo, implica perceber que mesmo quem busca ativamente a consciência racial já compactuou com violências contra grupos oprimidos, é preciso entender que falar sobre racismo no Brasil é sobretudo, fazer um debate estrutural.” (RIBEIRO, 2019, p.8). É crucial questionar precisamente como meninas negras sentem-se ao se depararem com ilustrações e imagens de cunho racista, cuja estética são associadas a subalternização e inferiorização, principalmente em livros e conteúdos escolares.

Compreendermos essas questões se faz necessário no entendimento do racismo, um mecanismo pronto que interferem em um processo de autoconhecimento, e auto estima, tornando necessário que a escola contribua para perceber e construir valores democráticos, reafirmando relações étnico raciais, e desmantelando o cenário opressor do racismo institucional. E formas de criar novas pedagogias baseadas em estratégias positivas de descolonização de pensamentos sexistas, é crucial, assim como propor novas reflexões acerca do lugar da mulher na sociedade, além de entender como alguns pontos interferem nas suas vidas, nas suas percepções e nas suas trajetórias educacionais.

3 MENINAS NEGRAS NO CONTEXTO ESCOLAR

A colonização deixou marcas provocando danos sociais, em corpos subalternizados e estereótipos propagados as trincheiras do racismo, que por sua vez elevaram a situações de opressão não só pelo racismo, como também o sexismo construído historicamente pelas hierarquias e relações de gênero, mediadas pelas

classes sociais na qual produzem exclusões.” (Dossiê Decolonialidade e perspectiva negra, 2016)

Segundo Suely Carneiro, “a colonização trouxe consigo, além do processo de escravização e apagamento cultural, o poder de internalizar os ideais da branquitude na sociedade.” A análise da autora serve de ponto de partida para pensar a minha trajetória educacional, bem como a de outras meninas negras do Recôncavo Baiano. Durante minha trajetória educacional, na escola classe IV no bairro Caixa D’água, na cidade de Salvador, na qual conclui o ensino médio, vivenciei experiências negativas e opressoras para ter acesso ao ensino. Isso me fez observar de maneira clara a forma discriminatória que uma garota de periferia, filha de mulher negra a qual enfrentou desafios para ingressar na universidade.

Percebi o quanto é necessário problematizar esse lugar que meninas negras ocupam nos ambientes da educação formal, cujas desvantagens são maiores se comparadas em comparação às meninas brancas. Assim sendo, tanto nesses espaços quanto fora deles temos sofridos “bullying” nos quais somos inferiorizadas constantemente, o que incluem brincadeiras, padrões hegemônicos brancos, comparações resultando muitas vezes em consequências psicológicas diante da necessidade de aceitação para ser inserida num grupo social pensado como padrão numa sociedade racista.

No ambiente escolar, esse problema também está posto, pois mesmo com progressos alcançados desde a implantação da lei 10.639/2003 que visa a desconstrução desses processos nos espaços escolares, ainda é visível a falta de habilidade que alguns profissionais da educação apresentam no enfrentamento ao racismo no espaço escolar.

Em uma reportagem recente do jornal G1, do grupo Globo, (2023), foi mostrada a importância da aplicabilidade da lei 10.639/2003 nas escolas, a qual obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira, no entanto a total inclusão está longe de ser uma realidade. A forma de ensino atual tem sido superficial, estereotipados e sem recursos, e essa realidade que a lei 10.639 tem tentado alterar, sobretudo considerando o esforço de profissionais da educação que tem buscado produzir materiais necessários para dar suporte à implementação da referida lei. O podcast de Amauri Mendes Pereira, por exemplo, teve por tema o “racismo e a consciência” (2023) apresenta perspectivas sobre a lei 10.639/2003, reforçando que um dos aspectos fundamentais, que nos traz essa lei nas escolas é do restabelecimento do

diálogo, rompendo-se o monólogo até então instituído, o qual trazia por referência, o falar e o fazer escolar com base em um valor civilizatório. Assim, a lei rompe essa ideia de subordinação racial no campo de ideias práticas educacionais, reconceituado pela escola o negro e seus valores, condicionando as relações raciais na educação.

Segundo Djamila Ribeiro,(2009) “o combate a estereótipos nesses espaços principalmente o escolar implica no reconhecimento da divisão das sociedades ao longo dos tempos e quais grupos são mais afetados com a hierarquização e opressão”.

Ainda nesse raciocínio, a pesquisadora Mighian Danae mestre em educação pela (USP) e professora da Universidade internacional da lusofonia Afro Brasileira (Unilab), observa “ensinar sobre a história dos povos afro, é falar sobre uma existência, é de fundamental importância desde cedo tratar sobre as contribuições que esses povos teve em nosso país, isso inclui a cultura, e a literatura e o reflexo disso é que esses jovens passam a ter referências, passam a sentir-se parte da escola e inseridos naquela realidade.” Uma das entrevistadas dessa pesquisa, uma professora colega do ensino fundamental afirmou, [...] que é evidente em sala que crianças negras, em sua maioria não possuem noção de pertencimento, em relação a sua cor não identificando- se como negra(o). Ela sugere que essa falta de identificação pode estar relacionada à escassez de referências de livros e na sociedade de pessoas negras ocupando papéis importantes.

No cotidiano escolar, observa-se que as crianças não compreendem plenamente o respeito às diferenças, especialmente no que diz respeito à epiderme e à raça, temas que são abordados de forma contínua com os estudantes. No entanto, isso não impede que, em alguns momentos ocorram manifestações discriminatórias, mesmo com implementações de projetos promovidos pelas escolas do município de São Francisco do Conde. Esses projetos objetivam a valorização do negro, e afrodescendentes, buscando incentivar noções de pertencimento, orgulho de sua cor e cultura.

Ainda nesta linha analítica, a pesquisadora Fúlvia Rosemberg desenvolveu estudos cujos resultados apontaram que de modo geral “crianças afro brasileiras, recebem logo nos anos iniciais escolares tratamentos discriminatórios nas creches e escolas infantis do país” (1980), ainda de acordo com os estudos os primeiros anos de vida já experimentam experiências como; rotinas de espera, espera do banho, dá comida ,troca de fraldas e do brinquedo e conclui que crianças de pele negra são

socializadas a subalternidade.”

Compreendemos que o racismo deriva de um período no Brasil, em que foi disseminada a ideia de classes superiores, fomentando discriminações subjetivando o lugar do negro na sociedade, e com isso a perpetuação desse ideal nos acompanha na qual é engendrado nessa justificativa que existe uma democracia racial em nosso país. Sueli Carneiro salienta em sua obra *Enegrecer o feminismo*, “o que poderia ser apagado da história do período colonial no país permanece vivo em sociedade e em vários espaços, contribuindo se inovando e fortalecendo o mito da democracia racial em nosso país”.

Segundo dados do relatório do IBGE, “no ano de 2013, 79,4% de crianças negras e pardas encontrava-se na escola com idades entre 4 e 5 anos,” porém, apresentando que nesse período da educação infantil, já é introduzido no conhecimento psico cognitivo e social uma perspectiva amplamente eurocêntrica e marxista direcionada a depreciação, embasada em um conceito de humanidade em essas crianças não fazem parte (RSAF PNAD IBGE, 2014).

Por fim, nesse contexto, o espaço escolar muitas vezes reproduzem essas discriminações ao negar conflitos étnicos, que por sua vez desencadeiam processos psicológicos levando a internalização de tais atos. Geralmente, a família acaba sendo culpada por comportamentos inadequados dos seus filhos, visto que muitos desses comportamentos derivam desse período colonial e pensamentos retrógrados misóginos e sexistas, que ainda se perpetuam em nosso país e definem o lugar da mulher negra na sociedade. Assim, no dizer de Paulo Freire, “o compromisso que escola tem em construir práticas de valorização e resgate cultural perdidos ao longo dos séculos” (Freire, 1996).

A falta de reconhecimento em livros didáticos e textos que possibilitem o educando a identificar seu lugar étnico-cultural se configura também um problema em muitas instituições. Muitas dessas representações depreciam ou marginalizam a imagem do negro, reforçando um lugar determinado pela colonização e sociedade. A materialização do assunto é um dos instrumentos fundamentais na construção de práticas e estratégias positivas no enfrentamento contra estereótipos, e socialização do indivíduo, além de contribuir ao conhecimento histórico da sua cultura. Sueli Carneiro, por exemplo, nos diz “o que tange o livro didático apontarem sedimentação de papéis sociais subalternos não existe, ou seja, há uma ratificação de estereótipos racistas, protagonizados por personagens negros’, isso contribui de forma significativa

com práticas discriminatórias e reproduções entre crianças, resultando em índices deficientes de desenvolvimento humano e educacionais frente ao combate ao racismo institucional”. É prioritário que se busque descolonizar pensamentos e ideologias opressoras, nesses espaços contribuindo para que crianças desde a educação infantil, venha entender a sua identidade, seu lugar de direito, contribuindo para eliminação de ideologias da branquitude, que atinge principalmente a população negra. Entretanto, é preciso reconhecermos a falta de estratégias de valorização e materiais que legitimem essa ideia da contribuição dos povos negros nas estruturas do país e da educação.

À maneira de análise, de acordo com dados das Diretrizes Curriculares Nacionais:

De acordo com dados (Diretrizes curriculares nacionais(pag, 7) “pessoas negra tem menor numero de anos de estudo de que pessoas brancas: 4,2 para negros e 6,2 para brancos. Na faixa etária de 14 e 15 anos, o índice de pessoas negras não alfabetizadas é 12% maior que o de pessoas brancas na mesma situação. Crianças brancas entre 10 e 14 anos encontram - se no mercado de trabalho, enquanto 40,5 % de pessoas negras na mesma faixa etária não vivem na mesma situação. E nessa linha de raciocínio o sexo feminino é mais afetado, o que significa que além do preconceito o gênero interfere nesse processo de um protagonismo por espaço e oportunidades.

4 RECÔNCAVO BAIANO CONTEXTO HISTÓRICO, EDUCAÇÃO

O Recôncavo Baiano região com aproximadamente; 515.168 habitantes, conforme dados disponíveis no site oficial (sei.ba.gov.br), com cerca 5,2 quilômetros quadrados desenvolvido ao redor da Bahia, considerado a segunda maior baía do mundo, essa região é contemplada pelas inúmeras paisagens naturais que a Bahia pode oferecer, incluindo os municípios litorâneos e parte do interior Baiano e região metropolitana.

Ao abordar o recôncavo a capital não enquadra, sendo o termo refere-se comumente a outras cidades pertencentes a Bahia de todos os santos, 20 municípios oficiais destacam-se Muritiba, Cabaceiras do Paraguaçu, Governador Mangabeira, Cachoeira, Santo Amaro dentre outros.

O recôncavo carrega na sua trajetória um legado de manifestações culturais que trouxeram seu reconhecimento ao longo dos anos, a exemplo do samba de roda, e São João e seus representantes. Sua contribuição nas lutas de independência

ressaltam a importância do recôncavo na história do país. A região recebeu o nome de “Recôncavo Baiano” ainda no período das capitanias hereditárias. Esta área se destacou no período da economia extrativista por seus recursos naturais de grande valor aos colonizadores europeus, e desenvolvimento nas plantações de cana de açúcar em curto período.

O recôncavo tem um destaque voltado à participação das mulheres em suas manifestações culturais, sendo referência no samba de roda, destaca-se mulheres como Dona Cadu ceramista, Dona Dalva sambadeira, do samba de roda de Cachoeira (Fonte: Arquivo Popular do Recôncavo). Sua cultura popular reflete principalmente no lugar de fala que essas pessoas ocupa. Em artigo intitulado “A cultura popular no recôncavo baiano: visibilidade através das mulheres” retrata a participação que essas mulheres tiveram no resgate e perpetuação da cultura popular do recôncavo. Além disso, o artigo ainda nos diz que essas mulheres carregam um orgulho e sentimento emocional, em manter viva as manifestações do recôncavo, que passaram de pai para filho.

Há uma luta contínua por parte da cultura dominante, no sentido de desorganizar e reorganizar a cultura popular, para cercá-la e confinar-lá as suas definições, dentro de uma gama mais abrangente; das formas dominantes no entanto não se pode esquecer dos pontos de resistência e também de superação. (Adalberto Santos, 2011, pág,40).

Na educação, o Recôncavo ainda carece de alguns pontos que chamam atenção, dificultando a interação do aluno com a escola, na qual é englobado diversos fatores. Segundo artigo desenvolvido por alunos da Universidade Federal do do Recôncavo Baiano (UFRB), intitulado “Realidade das Escolas Públicas no Recôncavo Baiano”, (2013) destacam-se a presença de elementos como desestrutura familiar, desigualdade social, violência desmotivação entre outros. que interferem na aprendizagem e permanência na escolas da região.

A Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) foi criada, pela lei 11.173 de julho de 2005, numa estrutura multicampi. Segundo dados do centro de formação de professores “Recôncavo da Bahia”, em Amargosa (2007), no seu segundo vestibular em julho de 2006, foram oferecidas as primeiras vagas no campus de Amargosa, e começou a funcionar com professores entre janeiro e fevereiro de 2007.

Desde a sua instalação em outubro de 2006, o corpo docente tem como

preocupação central, a compreensão do contexto em que o campus está inserido, buscando desenvolver estudos, pesquisas, focando no fortalecimento educacional e regional. Os princípios norteadores dessas ações incluem empoderamento comunitário, emancipação dos atores locais, e transformação da realidade regional.

4.1 SÃO FRANCISCO DO CONDE

São Francisco do Conde, município brasileiro situado na região metropolitana de Salvador, (RMS), a cerca de 70 km da capital, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O nome tem origem e homenageia o seu padroeiro, São Francisco de Assis, e o Conde Fernão Rodrigues que herdou o terceiro terreno, pertencente ao 3 governador- geral do Brasil, te de Sá. Sua região foi conquistada através de guerras travadas entre o Império português e Índios que moravam às margens do rio Paraguaçu e Jaguaripe.

4.1.1 Contesto geográfico e demográfico

O município foi pertencente a Salvador até o ano de 1967, quando foi emancipado. Possui uma população estimada em 40.664 habitantes em 2021, sendo declarada segundo último censo, feito pelo Instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE), como o município baiano, com 90% da sua população autodeclarada negra. A área do município é predominantemente coberta pela mata atlântica, (IBGE,2010), fazendo de São Francisco do Conde o terceiro município do recôncavo baiano.

4.1.2 Patrimônio histórico e cultural

São Francisco do Conde abriga diversas riquezas do período Colonial do Brasil, como engenhos, igrejas, e edificações, construídas durante a administração portuguesa no país, presente no cotidiano da cidade. Seus pontos turísticos nos convidam a uma viagem ao século XVI. [...] revisitando, lembrando a história do Brasil.

4.1.3 Atividade econômica e riquezas culturais

A atividade econômica grande parte do, é ligado diretamente a arrecadação, municipal e impostos ligados principalmente a produção e refino de petróleo na refinaria Landulpho Alves, (RLAM), pertencente à Petrobras. São Francisco do Conde detém muitas riquezas culturais, como a cultura da pesca artesanal, cultivo de mariscos e caranguejo, que ainda hoje são apreciadas e divulgadas nos principais meios de cultura e culinária, heranças deixadas pelos escravos período colonial no Brasil, e índios tupinambás e caetés que aqui habitavam. Além dos bens imateriais como o samba, bumba meu boi e capoeira (Martins, 2010).

4.1.4 Condição feminina de São Francisco do Conde

A presença feminina em São Francisco do Conde, resumem-se em histórias de mulheres fortes que enfrentam lutas e desafios em suas trajetórias, enquanto mulheres negras e São franciscanas, aquelas que se destacam nas carreiras de sucesso, tem por trás tem uma história repleta de desafios, como a prefeita Rilza Valentim, Marise de terror, Mãe Cristina de D'João e Mãe Rose de Paramirim, dentre outras.

As principais atividades que as mulheres desempenham no município incluem a pesca, o catado do marisco, e caranguejo, obtendo o sustento próprio e uma renda extra, por meio dessas atividades.

Entrevistamos duas dessas mulheres, preferiram não se identificarem que tem na pesca e no catado de marisco seu meio de vida. Elas afirmaram que “não saberiam o que seria sem a venda dos pescados”, indicando que o dinheiro que recebem do Governo federal, por meio do benefício Social Bolsa Família, não é suficiente para suprir as necessidades de suas famílias.’ Apesar dos desafios, essas mulheres sempre carregam um sorriso no rosto e uma dedicação no que fazem, cientes que além de garantirem seu sustento, estão contribuindo a perpetuar a cultura do município ao longo das gerações.’

No entanto em 15 de janeiro de 2009, a câmara de vereadores de São Francisco do conde aprovou a lei municipal n 078/09, que instituiu o programa de acolhimento social, (PAS) por meio da Secretaria de desenvolvimento Social (SEDES), Esse programa visa a complementação de rendas dessas famílias, redução

da evasão escolar de crianças e adolescentes.

Os principais requisitos para adesão ao programa são: ter filhos em idade escolar de dois a dezessete anos de idade, com frequência mínima e desempenho escolar superior a 85%, e residir no município há no mínimo 05 (cinco) anos, ter renda mínima de R\$ 200,00 e estar inscrito no Cadastro Único do Governo federal (CAD Único). Além disso, podem também participar pessoas em caráter de vulnerabilidade social, sendo verificado pelo órgão competente do município e núcleos familiares.

4.1.5 Rede municipal e pública de ensino

A prefeitura de São Francisco do Conde juntamente com a Secretaria de educação (SEDUC), construíram diretrizes, para que houvesse assim, uma gestão democrática e autônoma, embasada, no plano nacional de educação, -(PNE) (Lei 13.005 de 25 de junho 2015), e da constituição federal. Além disso, no dia 26 de junho de 2015 foi aprovado por unanimidade pelo poder legislativo da câmara municipal de vereadores de São Francisco do Conde, o plano nacional de educação, (PME,2015-2025), em consonância com a lei federal que trata do Plano Nacional de Educação.(PNE). Este plano no período da sua aprovação atendia manifestações da comunidade São franciscana, na qual foi construído a partir de diversas contribuições de vários atores da cidade,ou seja, várias perspectivas foram abordadas e analisadas a aprovação do plano. E a partir desse plano foram discutidas estratégias educacionais, a fim de buscar melhorias de educação ao município.Sua rede pública e municipal de ensino segundo dados pesquisados (proj de pesq, silva 2018) um total de 52 escolas, com um total de 8,303 alunos,matriculados no ano 2018. Esses alunos estão distribuídos nas seguintes formas; Educação infantil, (creche, grupo I, grupo II, grupo III) Pré escola, Ensino fundamental- Anos Iniciais, e Finais, incluindo (EJA) que atende um programa desenvolvido pelo Ministério da educação, e tem como objetivo alfabetizar jovens e adultos. É a (APAE) que trata de instituições públicas, sem fins lucrativos, e oferecem atendimento educacional especializado, na qual os alunos matriculados recebem apoio do (FUNDEB) fundo de manutenção e desenvolvimento da educação.(ressalta que esse plano visou primordialmente a melhoria do ensino público, a erradicação dos índices de analfabetismo e ampliou formas de educação. O foco principal na superação das desigualdades e opressões, vivenciadas no âmbito escolar.

São Francisco do Conde, por meio de ações afirmativas e projetos voltados a construção das relações étnico raciais, tem promovido discussões e propostas positivas no combate ao racismo institucional e suas vertentes. Nesse contexto educacional, destaca-se a trajetória de Riza Valentim, mulher negra e primeira prefeita do município, que teve papel fundamental nas várias conquistas educacionais.

Segundo o autor, Luiz Claudio Santana, (2018) "sinônimos não faltavam para definir esta guerreira que" foi professora, secretaria de educação, do município de São Francisco do Conde, cidade em destaque por sua renda per capita, mudou a realidade do povo são franciscano, ao trazer cursos na esfera profissional, formação educacional, trazendo com muita persistência e resiliência aquele município, uma universidade federal, (UNILAB), Universidade Internacional da Lusofonia Afro Brasileira em 20 de julho de 2010.

Durante o desfile do 7 de setembro de (2014) alunos da escola do ensino fundamental II, homenagearam Rilza, carregando nomes de projetos por ela conduzidos, como; Prounifas, educa Chico, Cejal jornada Ampliada, entre outros. A atual secretária de educação, Ana cristina oliveira, destacou a importância da perpetuação do legado de Rilza para o município, afirmando que [...] Rilza foi uma guerreira, mulher batalhadora não será esquecida e daremos segmentos aos seus compromissos."

Diante desse contexto secretaria municipal de educação, (SEDUC) tem unido esforços e estabelecido parcerias em ações que promovam, aplicabilidade da lei 10.639/2003, alinhada com normas e diretrizes, com foco nos aspectos que oprimem nesses espaços. Além disso esforça-se também no sentido da produção de materiais pedagógicos, que materializem essa história, incentivando a valorização dos povos negros, e enfatizando sua ancestralidade.

5 RESULTADOS DA PESQUISA

As análises deste estudo buscam demonstrar, que os processos de discriminação presentes nas estruturas sociais do país, predominam os espaços educacionais afetando principalmente o sexo feminino, tendo como eixo o patriarcado e marxismo engendrado em um olhar colonizador, utilizando dados, entrevistas

realizadas, ao longo da pesquisa, além de relatos de algumas educadoras, afirmaram que a educação no recôncavo, onde a população é predominantemente negra, é fundamental estabelecer políticas e estratégias de afirmação de suas identidades. Essas políticas são cruciais visando a manutenção dos ganhos conquistados e o bem-estar das futuras gerações.

Além disso enfatizaram a importância da implantação da Universidade internacional da lusofonia Afro Brasileira (UNILAB), no município, que contribuiu significativamente com avanços na desconstrução do discurso hegemônico e práticas pedagógicas positivas, por meio de palestras e contribuições de alunos, já atuantes na carreira pedagógica no município, exercendo impactos notáveis, nas relações étnico-raciais em sala de aula. Durante as análises, dos conceitos condicionados a essa pesquisa, nota-se que o ensino ainda é marcado pelo retrocesso de uma educação assimilada e eurocêntrica, dificultando o progresso dos alunos. e a persistência desse ensino nos processos sócias, deixando evidente como o racismo contribui de forma profunda na separação, e auto estima do individuo,o que dificulta uma percepção do educador, a implementar novas estratégias. Infelizmente vivemos em um país, nos quais esses processos são perpetuados afim de manter uma democracia superficial, que servem de pilar a manutenção das desigualdades.

Durante a escrita desse artigo e a compreensão de determinados conceitos utilizados, fica cada mais claro, a necessidade de compreender o lugar da menina negra nesses ambientes, nosso ponto central de pesquisa, as formas de opressão, o lugar determinado que molda padrões, e a sociedade machista que psicologicamente mata, é extremamente pertinente que uma dessas mulheres fale sobre isso.

Suely Carneiro destaca em sua obra "Racismo,Sexismo",(pág,12)

a ideia de que à medida que, uma pessoa negra enfrenta o desmantelamento da sua identidade, ela se vê obrigada a internalizar um ideal branco. No entanto o caráter inconciliável desse ideal de ego com sua condição biológica de ser negro,demanda um enorme esforço significativo de conciliar um ego, a um ideal,e o conjunto desses sacrifícios necessários para essa conciliação pode até mesmo levar a um desequilíbrio psíquico[...]

Essa reflexão vai apontar os diversos desafios psicológicos e emocionais, enfrentados por pessoas negras todos os dias, em vários espaços e diversos aspectos, quando são obrigadas a enfrentar os padrões culturais dominantes, entrando em conflito com identidade real e ideal imposto pela sociedade eurocêntrica

gerando tensões internas.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho busca contribuir de forma ampla com diversos processos que envolvem a questão do racismo no ambiente escolar, analisando a perspectiva da mulher negra na sociedade, especialmente nos lugares de poder, que ainda não são predominantemente ocupados por pessoas negras. Destaca-se a reflexão, sobre como as leis instituídas para atender às causas raciais no Brasil, apesar de serem propostas como reparação, aos danos do processo colonial, muitas vezes não são implementadas como deveriam de maneira a combater, crimes e violações de direito que persistem na contemporaneidades. A crítica é direcionada às estruturas presentes no sistema capitalista, que dificultam uma educação equânime de qualidade, esclarecedora, de colonial.

A importância de espaços representativos é ressaltada particularmente, para que meninas negras, possam se identificar e construir ideais, que verdadeiramente reflitam a diversidade na sociedade, fundamentais para uma sociedade mais justa. A abordagem histórica relacionando a escravidão e o racismo na contemporaneidade, destaca as consequências atuais desse legado, e suas atuais vítimas. O enfoque particular no Recôncavo baiano e capital, é crucial no sentido a evidenciar as principais opressões no âmbito educacional, já que segundo dados (PNAD) aproximadamente 91 milhões de pessoas são declaradas negras, pardas e pretas, uma população que se aproxima significativamente da população branca. Ainda segundo estudos genéticos essa população tem a maior ancestralidade Africana no país, estimada a 92 milhões de pessoas. Portanto negros e brancos é metade da população brasileira, concentrando-se principalmente na região nordeste.

Conforme afirma; Asa N, Jerry Rsafe, (2009) "a prática constante da identidade é essencial para evitar que as pessoas, tornem-se reflexo da branquitude no mundo ocidental, a verdadeira sociedade constitui-se por meio do integralismo e integração, não pela assimilação de uma cultura exposta sobre a outra. a educação antirracista se faz necessária a dismantelar concepções estereotipadas, e ações discriminatórias e promover um ambiente justo e equitativo.

REFERÊNCIAS

Racismo sexismo e desigualdades no Brasil, Sueli Carneiro, São paulo, selo negro, 2011. -(Consciência em debate/ coordenadora Vera Lúcia Benedito Desigualdade social- Direitos humanos.

Mulheres, Raça e Classe, Ângela Davis; tradução Heci Regina Candiani, edição Boitempo, 2016 Ângela. Davis (1981)

G1.globo.com/educação /noticiais/21/01/2023, Lei que Obriga o Ensino e História Afro- Brasileira, completa 20 anos, mas está longe de ser uma realidade nas escolas do país.

Projeto de pesquisa; repositório (UNILAB) 2021, pandemia e sustento em São francisco do Conde, uma análise sobre as marisqueiras, ano (2020).

“Quebrando espelho do Racismo” Dissertação de pós-graduação, mestrado em educação e ciência, linha de pesquisa; Educação, ensino, humanidades, Heloísa Batista dos Santos. Belo horizonte 2021.(UFMG)

Projeto de Pesquisa: repositório (UNILAB), 2018, Discriminação racial no ensino fundamental, em São francisco do Conde, estudo de caso escola Arlete Magalhães e Rilza Valentim.

Artigo: ‘Vivências de Racismo na vida escolar’ repositório (UNILAB), 2017, pesquisa voltada às meninas negras de São francisco do Conde.

Biografia; “Rilza Valentim” uma mulher de várias histórias, autor Luis Claudio Santana, 2018 1 edição, São francisco do Conde 2018, ficha catalográfica; Limara Batista -CRB 5/14,15.

Revista Sul-Americana de filosofia educação-RSAFE, Educação Afrocentrica como via de luta antirracista e sobrevivencia na Maafa. Asa Njeri, 31 de maio-outubro de 2019. pág;(4-17) doi.org/10.256512/resafe.vi30.28253.

Djamila Ribeiro, pequeno manual antirracista, compahia das letras 1 edição, São paulo ,(2019) isbn 978-85-359-3287-4 12 paginas.

As pensadoras.com.br/ensinando a transgredir a educação; ao Bell Hooks, educação como prática de Liberdade. data da publicação; 8 de maio 2017.

Lourenço Cardoso, “Branquitude estrutural” By rede tv, 15 de abril 2022. www.facebook.com>redetv videos.

Programa Roda Viva, entrevista, “Gloria Maria” 14/03/2022, www.youtube.com>watch Diretrizes e bases da educação, lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Presidência da república casa civil.

Meu artigo [https://Brasil.escola,\(UOL\).com.br](https://Brasil.escola,(UOL).com.br)>educação

(PNAD) IBGE, Instituto Brasileiro de geografia e estatística

Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde, Portal notícias, [www. são francisco do conde noticias.com](http://www.sãofranciscodoconde.com.br).

Raça e educação por Sueli Carneiro, portal Geledés.org.br>raça e educação por Sueli Carneiro.

Expansão e processos de exclusão, Fúlvia Rosemberg, Fundação Carlos Chagas, Universidade Católica de São paulo, julho de 1999 Caderno de pesquisa, SciELO.